



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2012.0000203126

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0033385-32.2009.8.26.0451, da Comarca de Piracicaba, em que é apelante/apelado GERALDO ROSSIM sendo apelado/apelante ABELARDO PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), RENATO SARTORELLI E VIANNA COTRIM.

São Paulo, 9 de maio de 2012.

FRANCISCO ORLANDO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO”

Apelação com Revisão nº 0033385-32.2009.8.26.0451.

Apelantes/Apelados: Geraldo Rossim e Abelardo Pereira.

Controle nº 2163/2009 - 2ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba.

Voto nº 13.250 – Relator.

Apelação – Acidente de Trânsito – Ação de Reparação de Danos Materiais, Moral e Lucros Cessantes – Sentença de Parcial Procedência mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos – Fato e responsabilidade não questionados pelo Réu – Nexo causal bem estabelecido - Aplicação do artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – RECURSO IMPROVIDO.

Trata-se de Ação de Reparação de danos materiais, moral e lucros cessantes que **Abelardo Pereira** ajuizou em face de **Geraldo Rossim**, em decorrência de acidente de trânsito que culminou no atropelamento do primeiro, causando-lhe incapacidade parcial e permanente.

A respeitável sentença de fls. 330/334 julgou parcialmente procedente os pedidos para condenar o Réu ao pagamento de R\$ 30.000,00 por dano moral, corrigido a partir da decisão e acrescido de juros de mora de 12% ao ano a partir do evento danoso; de R\$ 87,25, por dano material, com correção monetária a partir do desembolso e juros de mora de 12% ao ano a partir do evento danoso; e R\$ 2.080,00, pelos lucros cessantes, corrigidos monetariamente a partir da citação e com juros de mora de 12% ao ano a partir do sinistro. Ante a sucumbência mínima do Autor, condenou ainda o Réu ao pagamento das despesas processuais, e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor total da condenação.

Inconformados, apelam Autor e Réu.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO”

Sustenta o Réu, em resumo, que “a condenação em lucros cessantes e danos morais, no valor sentenciado, não tem razão de ser”, pois: 1) o retardamento na solução das pendências deveu-se única e exclusivamente ao próprio Autor; 2) com relação aos lucros cessantes, a sentença está equivocada ao apontar 52 dias e o valor correspondente em R\$ 2.080,00, quando o correto deveria ser R\$ 600,00; ou alternativamente, o valor atribuído a título de lucros cessantes deve ser reduzido, considerando-se para o cálculo apenas 26 dias, estes correspondentes ao período apontado no laudo do exame de corpo de delito (fls. 34) que reconheceu a incapacidade da vítima para as ocupações habituais por período superior a 30 dias, descontado no cálculo os domingos, sendo correto o valor de R\$ 1.040,00; 3) que não comprovou o Autor os efetivos prejuízos que experimentou e, portanto, não são devidos os valores referentes às perdas e danos; e ainda 4) que o valor da indenização por dano moral é exorbitante.

O Autor, por seu turno, sustenta a fixação dos lucros cessantes encontra-se equivocada, pois deve abranger o período compreendido entre a data do acidente (16.08.2009) e o serviço de pintura prestado pelo autor e utilizado pelo Réu como comprovação do retorno do Autor ao trabalho (06.3.2011).

Recebidos os recursos (fls. 357 e 365), somente o Autor apresentou contrarrazões (fls. 367/374).

É o relatório.

A sentença não comporta correção, devendo prevalecer por seus próprios e jurídicos fundamentos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO”

O art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal estabelece que, *“Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”*.

Relata o Autor ter sido vítima de acidente de trânsito. Diante do ato ilícito praticado pelo réu, sofreu perdas e danos.

Pois bem. Incontroversos nos autos o evento danoso, o seu responsável e o nexo causal entre o fato e os danos suportados pelo Autor, resta saber se os valores atribuídos a título de indenização devem ser modificados, conforme sustentam Autor e Réu.

Considerando os comprovantes juntados aos autos (fls. 98), o *“quantum”* encontrado para o ressarcimento dos danos materiais suportados pelo autor mostra-se correto. Como bem argumentado pelo douto sentenciante, os valores *“não foram especificamente impugnados, devendo o requerido, por isso, arcar com as despesas efetuadas pelo autor no valor de R\$ 87,25”*.

O valor fixado a título de dano moral também é devido e deve ser mantido, sobretudo pelas circunstâncias apuradas, pois conforme bem observou o juiz sentenciante: *“o atropelamento causa a vítima abalo psíquico intenso, visto que sofreu várias lesões, permanecendo na UTI por 04 dias, vendo a morte mais próxima”*, e logo depois complementa: *“Posto isso, entendo que o valor de R\$ 30.000,00 é suficiente para a reparação e prevenção”*.

Deve ser ressaltado que reparação por dano moral tem dupla finalidade: cunho educativo ao causador do dano, compelindo-o a agir de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO”

modo a evitar novas vítimas em situações análogas e serve de consolo ao sofrimento vivido pelo ofendido. Não pode ser irrisória que não provoque qualquer esforço ao devedor, mas também não pode ser fonte de enriquecimento da outra parte.

A sentença fundamenta adequadamente a fixação dessa verba, pautando-se pelos critérios da proporcionalidade e razoabilidade. E o valor arbitrado de fato não é grande a ponto de converter-se em fonte de enriquecimento ilícito para quem recebe, nem tão pequeno que se torne inexpressivo.

Importante consignar também que o laudo pericial trouxe a constatação de que houve incapacidade parcial e permanente para atividade laborativa, anomalia que indiscutivelmente acarreta sobrecarga em membro inferior esquerdo, justificado assim o montante apurado a título de indenização por dano moral.

Para a configuração do dano moral não basta a simples afirmação de ter sido a pessoa atingida moralmente. É de rigor que se possa extrair do acervo probatório a ocorrência de dano à honra, imagem, bom nome e tradição. No caso, a vítima passou, no mínimo, por aborrecimentos e transtornos, já que mudou sua rotina diária (tratamento médico intensivo - fls. 35/97; incapacidade para as atividades habituais por mais de trinta dias - fls. 34 e afastamento do trabalho por período razoável).

Plenamente justificado, portanto, o valor estipulado na sentença.

Com relação aos lucros cessantes, a sentença levou em



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO”

consideração: 1) o laudo de exame de corpo de delito (fls. 34) do qual se extrai que *“as lesões sofridas foram de natureza grave, afastando a vítima de suas ocupações habituais por mais de 30 dias”*, 2) a ausência de prova conclusiva de que o Autor tenha permanecido afastado por período superior ou inferior a 60 dias; 3) o desconto dos domingos, dias não trabalhados; 4) o valor de R\$ 40,00 como parâmetro, quantia que é cobrada pelos serviços prestados pelo Autor atualmente.

Donde ter chegado ao período de 52 dias de afastamento, para condenar o réu a pagar a indenização ao autor no total de R\$ 2.080,00, a título de lucros cessantes.

Aqui deve ser aplicado o disposto no art. 402, do Código Civil:

“as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar”.

Demonstrado está que o julgador agiu com prudente arbítrio na apuração dos lucros cessantes, adotando o critério da razoabilidade ao fixar o montante devido.

Por fim, fica mantida a sucumbência nos moldes definidos na sentença, em consonância com o parágrafo único, do art. 21, do CPC.

Ante o exposto, pelo meu voto deve ser **negado**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO”

provimento aos recursos.

FRANCISCO ORLANDO

Relator